

Vai demorar

O DEPUTADO Ulysses Guimarães estipula duas condições a seu ver indispensáveis para a instituição do parlamentarismo no País: a estabilização do funcionalismo público e a extensão do regime aos governos estaduais.

DE FATO, com uma enxurrada de demissões e nomeações a cada troca de Gabinete, o único setor do Governo que poderá funcionar a todo vapor será o Diário Oficial. E seria evidente absurdo termos parlamentarismo em Brasília e presidencialismo nos Estados.

ACEITAS as premissas — que são realmente indispensáveis — só há um problema: fica adiada a implantação do novo sistema para o próximo século. Pelo menos.

Presidencialista falta e não pode votar destaques

BRASÍLIA — Faltou apenas um voto para que os defensores do presidencialismo derrubassem ontem, na Subcomissão do Poder Legislativo, os dispositivos parlamentaristas do anteprojeto do Relator José Jorge, no primeiro embate oficial entre os dois grupos. Apesar de vencerem, por nove votos a oito, os presidencialistas não conseguiram a maioria absoluta de dez votos, imprescindível à aprovação dos seus destaques.

Apresentados pelo Deputado Farabullini Júnior (PTB-SP) e pelo próprio Presidente da Subcomissão, Deputado Bocauiya Cunha (PDT-RJ), os destaques pretendiam suprimir dispositivos do texto referentes à dissolução da Câmara e substituir a expressão "Primeiro-Ministro" por "Presidente da República" em todos os artigos sobre suas atribuições.

— A maioria desta Subcomissão deseja o presidencialismo. Se tivéssemos aqui todos os membros (faltavam dois), teríamos obtido a maioria absoluta — disse Farabullini.

Derrota dos presidencialistas foi atribuída a um "cochilo" dos integrantes deste grupo, que constataram ter a maior parte da Subcomissão, mas não se lembraram da necessidade de maioria absoluta. Minutos antes de ser iniciada a votação, os Deputados Lúcio Alcântara (PFL-CE) e Manoel Ribeiro (PMDB-PA), presidencialistas, articulavam uma saída estratégica do plenário para evitar a apreciação dos destaques, caso não tivessem maioria.

Com a divergência entre presidencialistas e parlamentaristas, foi impossível aprovar a maioria dos destaques.

Antes disso, porém, a Subcomissão aprovou em bloco o relatório de José Jorge, apresentado ontem pela manhã. Entre as modificações feitas pelo Relator está a manutenção do voto proporcional nas eleições para a Câmara dos Deputados. A inclusão deste dispositivo atende ao desejo de diversos deputados, insatisfeitos com o relatório da Subcomissão do Sistema Eleitoral, que implantou o voto distrital misto nas eleições parlamentares.

Se as duas posições forem mantidas pelas respectivas Subcomissões, a questão terá que ser definida na Comissão de Sistematização e no plenário da Constituinte.

Archer espera a aprovação do anteprojeto da Ciência

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, SP — O Ministro da Ciência e Tecnologia, Renato Archer, disse ontem que o relatório final da Subcomissão da Ciência, Tecnologia e da Comunicação, elaborado pela Deputada Cristina Tavares (PMDB-PE), representa uma conquista para o País e deverá ser aprovado na Constituinte com ampla maioria de votos, pois resume princípios básicos de soberania nacional.

Ele acentuou que a definição do mercado interno como patrimônio nacional, no qual segmentos podem ser reservados às empresas brasileiras, não fere qualquer princípio internacional do comércio. A reserva de mercado, segundo o Ministro, será feita no Brasil respeitando os princípios do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), que estabelece a segurança nacional, dificuldades de balanço de pagamentos e proteção das indústrias nascentes como motivos para a reserva de mercado.

Renato Archer informou que, a partir da semana que vem, vai negociar com o Ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, a aprovação de um projeto criando incentivos fiscais para as indústrias que praticarem políticas agressivas de nacionalização de produtos ou equipamentos, novas tecnologias em pesquisa e desenvolvimento.

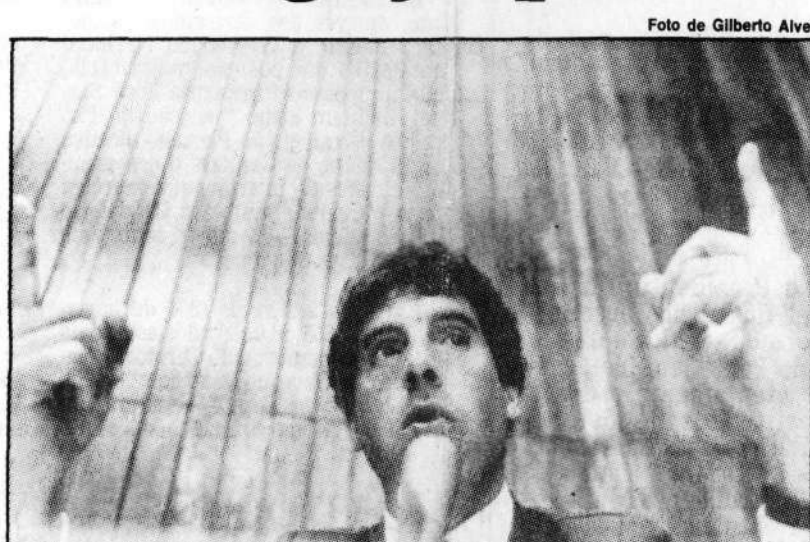
O projeto, elaborado pelo Secretário-Geral do Ministério, Luciano Coutinho, a partir de negociações com diferentes associações industriais, está pronto há mais de um mês e passou pelas simulações do comprometimento da arrecadação federal com os incentivos. Ele não foi enviado ao Congresso, ainda, devido à demissão do ex-Ministro da Fazenda, Dilson Funaro, que já o havia

Miro obstrui votação para relatório de Fogaça passar

BRASÍLIA — Pelo segundo dia consecutivo, parlamentares favoráveis à fixação de quatro anos para o Presidente Sarney conseguiram, ontem, coordenados pelo Deputado Miro Teixeira (PMDB-RJ), obstruir a votação do parecer final do relator da Subcomissão do Poder Executivo, Senador José Fogaça (PMDB-RS), que estabelece eleições presidenciais no próximo ano. O grupo, ligado ao Líder do PMDB na Constituinte, Senador Mário Covas (PMDB-SP), rejeita que a Subcomissão rejeite a tese do relator e aprove o mandato de cinco anos. Eles tentam transferir a votação para a Comissão da Organização dos Poderes e do Sistema de Governo, onde supostamente haveria mais chances de aprovar a proposta de Fogaça.

A estratégia dos companheiros de Covas é obstruir a votação até segunda-feira, quando, por força do Regimento Interno da Constituinte, o assunto será diretamente repassado à Comissão da Organização dos Poderes. Além de ganhar tempo para conseguir adesões ao mandato de quatro anos, o grupo crê no apoio do relator da Comissão, Deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE), defensor dos quatro anos e do parlamentarismo.

Ontem, na Subcomissão, o trabalho de obstrução coube principalmente a Miro Teixeira, que pediu votação em separado para mais de 300



Fogaça defende mandato de quatro anos, apoiado pelo grupo de Covas

emendas, elevando o total de destaques a 421. A sessão, aberta por volta das 18 horas e 30 minutos, teve de ser suspensa pouco depois, para que todos os itens de votação destacada pudessem ser organizados, com o auxílio do computador.

Os recursos para protelação da votação, porém, não se limitaram às emendas: tão logo começou a sessão, o Deputado Genebaldo Correia (PMDB-BA) pediu a dispensa da leitura da ata, visando a agilizar os tra-

balhos, no que foi atendido pelo Presidente da Subcomissão, Deputado Albérico Filho (PMDB-MA). Miro Teixeira, porém, solicitou votação nominal para julgamento daquela decisão.

O Senador Ruy Bacelar (PMDB-BA), também favorável aos quatro anos, negou fundamento às informações de alguns parlamentares de que teria rasgado uma folha do livro de presenças, para poder, na condição de suplente, participar da votação.

Derrotada a proposição sobre conselho editorial em jornais

BRASÍLIA — A Subcomissão da Ciência, Tecnologia e da Comunicação manteve ontem o princípio da liberdade de imprensa, rejeitando a proposta de um Conselho Editorial, em todos os jornais, formado por representantes da empresa e dos funcionários. Tumultuada, a reunião recusou também a criação de um Conselho Nacional de Comunicação, previsto no anteprojeto da Relatora Cristina Tavares (PMDB-PE), ao aprovar a emenda que mantém como atribuição do Executivo a concessão de canais de rádio e televisão, sujeitas ao referendo do Congresso. A proposta da Relatora atribuía ao Conselho essa função.

Irritados, os constituintes favoráveis à proposição se retiraram do plenário, inclusive Cristina Tavares. O tumulto tinha começado depois que o Presidente, Aroldo de Oliveira (PFL-RJ), aceitou votar a emenda apresentada por José Carlos Martinez, dando poderes ao Executivo para fazer as concessões, e julgando o Conselho rejeitado em caso de sua aprovação. O grupo de constituintes que defendia o Conselho considerava a emenda de Martinez um substitutivo e, por isto, deveria ser votada juntamente com o artigo em que eram definidas as suas competências. Aroldo deu prosseguimento à votação, entendendo que o recurso não era suficiente para suspender os trabalhos. A emenda foi aprovada por 12 votos contra duas abstenções.

A única proposta aprovada por unanimidade, quando ainda estavam presentes todos os integrantes da Subcomissão, é de autoria do Senador Pompeu de Souza. Segundo a proposta de Pompeu "nenhuma lei



Aroldo de Oliveira preside a reunião da Subcomissão de Comunicação

conterá dispositivo que possa constituir qualquer embaraço à atividade jornalística de veículo de comunicação social". Esta emenda recebeu 21 votos.

A relatora aprovou emenda do deputado Hélio Costa (PMDB-MG), que prevê a possibilidade de participação acionária, em empresas jornalísticas e de radiodifusão, de pessoas jurídicas, quando estas forem partidos políticos ou sociedade de capital exclusivamente nacional.

Também foi aprovada uma emenda de autoria do deputado José Elias (PTB-MS) autorizando que o Estado de concessões para que empresas privadas possam explorar os serviços postais e de telecomunicações.

Aroldo de Oliveira considerou positivo o resultado das votações, principalmente porque expressou o pensamento da maioria dos membros da Subcomissão. Mesmo assim, alertou para o fato de que a polêmica ainda não acabou.

Impasse adia decisão na Questão Urbana

BRASÍLIA — Diante da resistência do relator da Subcomissão de Questão Urbana e Transportes, José Ulysses de Oliveira, em aproveitar as emendas que foram apresentadas pelos constituintes ao seu anteprojeto, o Presidente, Senador Dirceu Carneiro, suspendeu ontem a reunião de votação, afirmando que, se não houver consenso, não colocará a sua assinatura no trabalho de José Ulysses. O clima de desentendimento criado na Subcomissão foi tal que nem mesmo chegou a ser marcada nova data para a apreciação do relatório.

Dirceu Carneiro classificou o trabalho de José Ulysses de insuficiente, superficial e insatisfatório. Disse que o relator tirou todas aquelas propostas da sua própria cabeça, sem consultar os integrantes da Subcomissão ou submeter a eles o texto

final. José Ulysses, por sua vez, alegou que a Subcomissão sempre funcionou com o comparecimento insignificante dos seus integrantes e que esta não é a hora de reclamações e sim de votar. Desmentindo Dirceu Carneiro, José Ulysses disse que iniciou a reunião de quinta-feira disposto a discutir com seus colegas a proposta, item por item, mas que encontrou um plenário preparado para contestá-lo.

A grande preocupação dos constituintes dessa Subcomissão é quanto aos prazos. Se na segunda-feira o relatório não estiver aprovado, os trabalhos irão recomeçar, praticamente da estaca zero. A solução, segundo Dirceu Carneiro, é o relator aceitar a modificação do texto apresentado. Em caso contrário, terá que enfrentar um substitutivo preparado pelo próprio Presidente.

Boato de seqüestro assusta a Subcomissão Agrária

BRASÍLIA — O clima de tensão em que estão transcorrendo os debates entre "progressistas" e "conservadores" na Subcomissão da Reforma Agrária ganhou mais um ingrediente com um boato que circulava ontem entre os parlamentares: o Deputado Santinho Furtado (PMDB-PR), cujo voto é decisivo para desempatar a votação, seria seqüestrado a fim de permitir a vitória do substitutivo dos "conservadores" na sessão de hoje, que se inicia às 10 horas.

Embora afirmando que tudo não passava de guerra psicológica dos adversários, os "progressistas" trataram de assegurar, através de consulta ao gabinete do próprio Santinho, que ele estará presente à votação. Do gabinete veio uma resposta tranquilizadora: o Deputado se encontrava em Pirai do Sul, a 193 quilômetros de Curitiba, acompanhando o Governador Álvaro Dias na inauguração de uma estação produtora de biogás, mas voltaria a tempo de participar da sessão.

Mesmo aliviados, os "progressistas" não perdem de vista o restante da versão, segundo a qual um dos "conservadores" ficaria de plantão no Congresso para assumir, na condição de suplente, o lugar de Santinho Furtado e virar o resultado da votação.

Apesar do acirramento das posições entre os dois grupos, parece certo que nem o substitutivo dos "conservadores" nem o anteprojeto



Lima Filho depende de um só voto

do Relator, Oswaldo Lima Filho, tem condições de ser aprovado na íntegra. O mais provável é que saia da Subcomissão um texto novo, usando um dos dois como base, mas sofrendo emendas.

Tributos: relatório pode ser aprovado na totalidade

BRASÍLIA — A Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição de Rendimentos iniciou ontem a votação do relatório do Deputado Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE), cujo texto inicial foi acrescido a partir do aproveitamento integral de 70 das 456 emendas que recebeu. O relator aproveitou, parcialmente, outras 52 propostas.

A votação entrou pela noite, já que os constituintes apresentaram 65 pedidos de destaques. Os 18 primeiros votados foram rejeitados, o que, na opinião de Fernando Bezerra, parece indicar que seu relatório será aprovado integralmente. A proposta do relator foi aceita em bloco pela Subcomissão, por 17 votos a favor e a abstenção de Virgílio Guimarães (PT-MG), antes que se passasse à discussão dos destaques.

Na exposição preliminar, que abriu a fase de votação, Fernando Bezerra fez uma síntese do conteúdo da proposta. O relatório final traz como novidade a reunião, em um só artigo, dos dispositivos que protegem e definem os direitos dos tributados, para garantir as pessoas físicas. A seção foi intitulada "limitações ao poder de tributar".

No capítulo referente ao princípio da anterioridade, o relator optou por um regime que chamou de misto, possibilitando ao contribuinte condições de planejar suas atividades, sem o risco da tributação retroagir ou afetar atos ainda em formação.

Nas imunidades fiscais, incluiu as fundações dos partidos políticos e as entidades sindicais e reduziu o âmbito de sua aplicação, no caso dos periódicos, pela exclusão daqueles que não tenham interesse cultural ou educacional, nos termos que a legislação complementar definir.

Nas disposições transitórias, o relator manteve a previsão da extinção do Finsocial, de forma gradativa, proporcionalmente à transferência para os Estados e Municípios dos encargos atualmente atribuídos à União. Fernando Bezerra afirma que, com o potencial de ampliação de suas receitas, os Municípios e os Estados poderão absorver, sem traumas, os encargos transferidos.

Quanto aos fundos de participação, o relator decidiu pela sua manutenção, com efeito redistributivo, prevendo-se que não serão contemplados, pelos respectivos recursos, apenas os Estados cuja renda per capita seja inferior à nacional. Esta é a grande polêmica instalada entre os constituintes do Sul e Sudeste e os representantes do Norte e do Nordeste, beneficiados com a medida. Fernando Bezerra explicou que os Estados de renda per capita mais elevada serão compensados com o repasse de cinco por cento da receita do IPI nos respectivos territórios, devendo passar aos Municípios 25% do que recebam, obedecendo, para o rateio, o mesmo critério previsto para o ICM.

O relator afirmou ainda que, pelo projeto, os Municípios terão sua estrutura financeira sensivelmente reforçada. Vão contar com 50 por cento do produto da arrecadação da maioria dos impostos estaduais, à exceção do ICM, em relação ao qual a sua participação será ampliada, passando de 20 para 25 por cento. Além disso, informou Bezerra, quando o ICM incidir sobre substâncias minerais e prestações de serviços, 50 por cento da receita será entregue ao Município, proporcionalmente ao valor arrecadado no seu território.